

D4 | Valor | Segunda-feira, 28 de junho de 2010

EU& S.A.

GOVERNANÇA

Previ mantém exército de aposentados para fiscalizar empresas

Economista diz que processo de seleção deveria ser aberto "a todos os brasileiros". Por **Janes Rocha**, de Mata de São João (BA)

Dona de um portfólio de ações em 76 companhias abertas avaliando em aproximadamente R\$ 75 bilhões, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) formou entre seus aposentados um verdadeiro exército de conselheiros fiscais e de administração para cuidar de seus interesses nas empresas.

Na ativa, 107 aposentados estão hoje entre 226 conselheiros mantidos pela fundação no "board" das empresas. O grupo inclui funcionários ativos do BB e consultores externos independentes.

Na reserva, 1.340 potenciais conselheiros estão registrados em um banco de dados, prontos para serem acionados a qualquer momento.

Maior investidor institucional da América do Sul, a Previ tem R\$ 140 bilhões em patrimônio investido para garantir a aposentadoria de mais de 120 mil pessoas, das quais metade já está recebendo benefícios.

Os conselheiros estão vinculados à diretoria de participações (Dipar), responsável pela gestão das "empresas participadas", aquelas em que a fundação possui assentos nos órgãos de governança ou que o valor investido corresponda a 0,25% ou mais de seu patrimônio líquido (cerca de R\$350 milhões). Por este critério, 65 das 76 empresas são "participadas" e em 63 delas, a fundação tem assentos em conselhos, seja fiscal, seja de administração.

Aloisio Macário, gerente executivo de governança da Previ, conta que a Dipar foi criada quando a fundação começou a entrar nos leilões de privatizações de estatais como Embraer, Vale e as teles. Nas participações mais relevantes, a estratégia da fundação é carregar a posição a longo prazo, ou vender em bloco para algum investidor.

A Dipar foi estruturada em 1999 com a ajuda da Fundação Dom Cabral. "Foi uma experiência inusitada porque não há no mundo um fundo de pensão com percentuais tão altos de participação em empresas como a Previ", relata Macário.

O maior fundo de pensão do mundo, o Calpers, dos professores da Califórnia, não tem mais de 2% a 3% do capital de uma companhia quando é grande investidor, e isso tem a ver com a estrutura de capital no Brasil, ainda muito centrado no controlador individual ou familiar.

A Fundação Dom Cabral desenvolveu com a consultoria Baker Tilly um modelo com dois sistemas: um de acompanhamento econômico financeiro das empresas, com programas automatizados de análises de balanços e comparação

de indicadores com o setor e concorrentes, e outro de acompanhamento dos conselheiros.

Um profissional que participou da montagem do sistema de acompanhamento do trabalho de conselheiros e hoje está em outra empresa (por isso pediu para não ser identificado) disse que o modelo permite a seleção de conselheiros de acordo com a necessidade de cada empresa, identificando, por exemplo, um advogado para atuar no conselho de uma companhia em Porto Alegre, ou um auditor para acompanhar uma empresa no Rio de Janeiro.

Macário explica que a escolha de aposentados para compor esse grupo se deve a que os bancários do Banco do Brasil estão no mínimo familiarizados com análise de balanços, contabilidade, finanças. Além disso, diz o gerente, têm interesse em zelar pelo patrimônio que é deles mesmos.

O modelo adotado pela Previ é criticado pelo economista Jorge Lepelletier, que trabalha como conselheiro profissional independente em várias empresas há 18 anos. Para ele a atuação de conselheiros não pode ser mercado cativo para uma única categoria, dos funcionários e aposentados do Banco do Brasil. "Sendo maior investidor institucional do país, com participações importantes em tantas empresas, a Previ deveria abrir seu processo de seleção de conselheiros a todos os brasileiros que preencham os requisitos necessários", diz Lepelletier.

Para se candidatar, os participantes se cadastram no site da Previ, entram com os dados do currículo e submetem à seleção eletrônica que faz uma pontuação de cada um.

O segundo passo é a análise dos currículos de acordo com os critérios exigidos pelas empresas onde vão trabalhar e o cargo que vão ocupar, se no conselho fiscal ou de administração. Morar próximo à companhia é um quesito, mas não fundamental, até porque se fosse assim haveria muito mais vagas para aposentados de São Paulo que do resto do país, já que a maior parte das empresas tem sede no Estado.

Dos 226 conselheiros hoje na ativa, 141 atuam nos conselhos de administração e 85 nos conselhos fiscais; 127 são titulares e o restante, suplentes. Oito são contratados fora da fundação para ocupar cargos de conselheiros em empresas nas quais a presença desse perfil de profissional seja conflitante com a companhia.

Por exemplo, a Previ não pode colocar seus aposentados no conselho do Banco Itaú ou do próprio Banco do Brasil, institui-

ções em que a fundação é acionista com 5,72% e 10,37%, respectivamente, pelo claro conflito de interesses em ambos os casos.

As empresas em que a Previ mais tem representantes nos conselhos é o grupo Neoenergia, no qual tem 50 representantes. Em segundo lugar vem a Vale, com 28 conselheiros.

O ritmo de trabalho do conselheiro é leve do ponto de vista físico, mas a responsabilidade é grande, o que exige pessoas com maturidade e experiência.

Os conselheiros de administração devem participar de, no mínimo, doze reuniões anuais na sede da empresa, enquanto o bancário para um conselheiro fiscal é oito reuniões anuais. Nas reuniões são analisados os relatórios financeiros periódicos — trimestrais, semestrais e anuais.

Os salários são pagos pela empresa, que também banca todas as despesas de deslocamento dos conselheiros até sua sede. De acordo com a lei, o salário de um conselheiro da administração não tem limites mínimos ou máximos, mas tem que ficar cerca de 30% acima do salário do conselheiro fiscal. Este por sua vez, deve ter um piso de 10% da média salarial dos executivos da companhia, fixo, sem contar bônus.

Um diretor de companhia aberta hoje dificilmente ganha menos de R\$ 40 mil mensais (só salário), então o salário do conselheiro fiscal é de no mínimo R\$ 5 mil, enquanto que os conselheiros de administração podem ganhar pelo menos R\$ 8 mil mensais. Portanto, quanto maior o salário da diretoria, maior o dos conselheiros.

Essa é a regra, porém há distorções. Macário conta que há empresas que oferecem salário mínimo (R\$510 mensais) para o conselheiro, o que dificulta a contratação mesmo de quem já tem sua renda garantida, e elimina qualquer possibilidade de contratação de um profissional mais especializado.

Segundo ele, essa situação extrema atinge apenas 1% das empresas em que a Previ mantém conselheiros, embora cerca de 15% das empresas paguem mais que isso, porém muito pouco para atrair conselheiros.

Por causa dessas empresas que aparentemente não querem incentivar a entrada de conselheiros externos, Macário defende a Instrução 481 da Comissão de Valores Mobiliários, que criou o Formulário de Referência e obrigou as empresas a divulgar os salários de seus executivos. Para ele, é um instrumento a mais para o desenvolvimento dos salários dos executivos.

A reporter viajou a convite da Previ

Carteira cheia

Participações acionárias da Previ em 2/6/2010

Empresa	Part. (%)	Empresa	Part. (%)	Empresa	Part. (%)
521 Participações	100,00	Fibría	1,69	Neoenergia-Coeiba	2,29
ALL	3,83	Forjas Taurus	19,61	Neoenergia-Cosern	1,54
AmBev	4,24	Fras-Le	21,98	Newtel Part.	14,36
Banco do Brasil	10,37	Gerdau	0,76	Paranapanema	24,37
Bombril	15,08	Gerdau Met.	1,56	Petrobras	3,20
Bradesco	2,74	GTD Part.	21,63	Randon	8,74
Brasil Telecom Part.	2,48	Invepar	51,38	Saulje	97,94
Brasil Telecom	0,76	Intel	29,99	Suzano	2,47
BRF-Brasil Foods	13,65	Itaú Holdings	2,46	Taka	13,59
Celesc	14,46	Itaúsa	3,25	Tele Norte Leste Part.	4,77
Cemig	3,11	Jerissati Part.	18,42	Telemar Norte Leste	0,32
Coteminas	5,55	Kepler Weber	17,66	Telemar Part.	12,95
CPFL	31,10	Klabn	2,21	Tupy	35,61
CTX Part.	11,47	La Fonte Telecom	19,78	Ultrapar Part.	6,24
Embraer	13,43	Marisol	17,13	Usiminas	5,82
Flago Part.	31,89	Neoenergia	49,00	Vale	14,50
		Neoenergia-Afluente	2,29	WEG	3,98

Fonte: Previ

Conselheiros têm que ajudar a "valorizar" ativos do fundo

De Mata de São João (BA)

Ivan de Castro Neves, 65 anos, aposentado do BB desde 1995, ajudou a resolver um problema para a Previ, a participação no terminal portuário Ponta do Félix, na cidade de Antonina, no Paraná. O fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (BB) controlava mais de 40% do capital da concessionária do porto que deu prejuízo durante anos até ser vendido para a empresa Equiplan no fim de 2009.

"A empresa era deficitária, tinha problemas no contrato original desde 1999, quando a concessão foi arrematada. Tentamos dar valor à empresa para a venda pudessem ser concluída", relata Neves, que é especializado em informática e trabalhou na Cobra, a subsidiária de tecnologia do BB. Neves foi eleito neste ano conselheiro da Previ na AmBev, empresa na qual a fundação tem 4,24% do capital total.

O economista Sadi Assis Ribeiro Filho, de 68 anos, é representante da Previ no conselho fiscal da Forjas Taurus, a maior fabricante de armas leves do país, e garante que a relação da empresa com os conselheiros é muito boa. "O presidente dá muita atenção ao conselho, sempre abre as reuniões, se coloca à disposição para esclarecimentos, é muito transparente", afirma. A Previ tem 19,61% do capital da Forjas Taurus.

Cecília Mendes Garcez Siqueira é uma dessas mulheres pioneiras. Carioca, 52 anos, psicóloga de formação com especialização em administração de empresas e mestrado em Harvard, Cecília é a primeira a fazer parte da alta direção da fabricante de aviões Embraer. Alguns anos atrás, ela também havia sido a primeira mulher na direção da Previ.

E foi por meio da Previ que ela chegou ao conselho de administração da Embraer, empresa na qual a fundação tem 13,43% do capital. Funcionária aposentada do BB, onde trabalhou por 31 anos, Cecília passou pela Shell e outras empresas antes do banco.

Há um ano e meio na Embraer, ela foi antes representante da Fundação nos conselhos de administração da Neoenergia e da CPFL.

Ao contrário do setor elétrico, "altamente regulado", o mercado de jatos executivos em que a Embraer atua exige muito mais atualização de um conselheiro, afirma Cecília. "Ainda mais nesta fase em que as empresas aéreas estão sofrendo com a crise que atinge os seus principais clientes na Europa."

Nenhum deles quis ver publicado seus rendimentos como conselheiros, apenas garantiram que as empresas em que atuam respeitam as regras de pagamento previstas pela lei. (JR)



Cecília Garcez Siqueira, da Previ: primeira na direção do fundo de pensão e, agora, primeira também na Embraer